

HABEAS CORPUS Nº 492.058 - MG (2019/0034428-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : KARINA LUCAS CARDOSO PINTO
ADVOGADO : KARINA LUCAS CARDOSO PINTO - MG157212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DANIEL BRUNO MOREIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DANIEL BRUNO MOREIRA DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito inscrito no art. 121, § 2º, incisos II, III e IV, do Código Penal (e-STJ fl. 25).

Segundo a acusação, o paciente teria contribuído para que seus comparsas cometessem um homicídio consumado e outro tentado, em razão de disputa entre "ganges" rivais (e-STJ fl. 18).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 9):

HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO – EXCESSO DE PRAZO – INOCORRENTE – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVANTES IN CASU – PRINCÍPIO DA ULTIMA RATIO – NÃO VIOLADO – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – NÃO VIOLADO – SUBSTITUIÇÃO DA PREVENTIVA POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR – IMPOSSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO – ORDEM DENEGADA.

1. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal não resultam de mera soma aritmética, servindo apenas como parâmetro geral.

2. Supostas condições favoráveis, ainda que comprovadas, não impedem a prisão cautelar quando sua necessidade restar evidenciada por outros elementos. Precedentes do STF e STJ.

3. Princípio da ultima ratio não violado, vez que a prisão preventiva do paciente se deu diante da necessidade de seu acautelamento e de maneira suficientemente justificada.

4. *Princípio da presunção de inocência não violado, vez que a prisão preventiva não se ancora em certeza da culpa, mas sim em indícios dela.*

5. *Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.*

6. *Ordem denegada.*

Alega-se, na presente impetração, que há constrangimento ilegal pelo excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que o paciente encontra-se segregado desde 29/4/2018 (e-STJ fl. 4).

Requer-se, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente (e-STJ fl. 8).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 84/86).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do writ em parecer assim ementado (e-STJ fl. 205):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO ADMISSÍVEL NA ESPÉCIE. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO AO USO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. HOMICÍDIO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DO EXCESSO DE PRAZO, ANTE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE, QUE AUTORIZE A ORDEM DE OFÍCIO. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS, SE CONHECIDO, PELA SUA DENEGAÇÃO.

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, a instrução criminal foi encerrada, juntada petição de alegações finais da acusação em 8/5/2019 e abertura de vistas às defesas em 14/5/2019 (www.tjmg.jus.br, Processo n. 0215797-44.2018.8.13.0105).

Logo, aplica-se o enunciado n. 52 da Súmula desta Corte, segundo o qual "*encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo*" (Terceira Seção, julgado em 17/9/1992, DJ 24/9/1992).

Assim, é patente que, ao menos por ora, o presente *writ* está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

